

# Governo quer mudar os reajustes

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

O governo não desistiu da idéia de alterar a sistemática de reajustes salariais, não pensa em iniciar o processo de desindexação da economia e mantém o propósito de reduzir, com as novas medidas de ajuste, em mais de Cr\$ 2 trilhões o déficit do setor público, afirmou ontem fonte da área financeira.

Segundo o informante, continua firme a posição do presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, favorável à manutenção da atual vinculação dos reajustes salariais ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apenas para o cálculo do salário mínimo. O técnico da área financeira ressaltou que o sucesso do "pacote" no combate à inflação dependerá justamente da mudança nas regras dos reajustes dos salários, seja via alteração na lei, seja pelo expurgo do INPC.

A fonte garantiu, ainda, que, a nível da área econômica, as discussões jamais envolveram propostas para a desindexação da economia no momento, em termos graduais ou radicais. As dificuldades crescentes para o giro dos depósitos de poupança e da dívida pública e mais a instabilidade do mercado cambial impedem o início imediato do processo de desindexação.

As medidas anunciadas pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, como integrantes do "pacote", não foram confirmadas pela fonte da área financeira. Oficialmente, nenhuma das autoridades econômicas já dimensionou o corte nos gastos das estatais e nos subsídios, o nível da redução das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o grau de elevação dos preços do trigo e dos derivados de petróleo ou das mudanças no Imposto de Renda, anunciadas anteontem pelo presidente da Fiesp.

Mesmo que se confirme a elevação dos encargos dos financiamentos rurais para 70% da correção monetária anual e mais juros de 3% ao ano, no Norte/Nordeste, e de 85% da correção, no Centro/Sul, o Banco Central mantém a opinião de que o corte nos subsídios pode ser maior. De qualquer forma, o técnico da área financeira afirmou que o "pacote" permitirá corte superior a Cr\$ 2 trilhões nos gastos públicos — Cr\$ 1,5 trilhão no orçamento das empresas estatais e mais de Cr\$ 500 bilhões nos subsídios.